



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

ATA DA 2ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA - RAE / 2018

No dia cinco de julho do ano de dois mil e dezoito, às 14h, na sala de reunião da Diretoria-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, no 13º andar, da Avenida do Contorno n. 4631, reuniram-se os seguintes integrantes do Grupo Estratégico, Paulo Sergio Barbosa Carvalho, Diretor-Geral, Telma Lúcia Bretz Pereira, Diretora Judiciária; Douglas Eros Pereira Rangel, Secretário-Geral da Presidência; Ana Laura Gontijo Malard, Assessora da Corregedoria Regional, Letícia Netto Martins de Oliveira, representando o Assessor da Vice-Corregedoria Regional; Denise Maria Reis Grego, Secretária de Apoio Judiciário; Ana Rita Goncalves Lara, Diretora de Administração; Sheyla de Campos Mendes, Diretora de Gestão de Pessoas, Lucineide Pimentel Teixeira, Secretária de Comunicação Social; Gilberto Atman Picardi Faria, Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicações; Alexandra Marques de Freitas, Secretária da Escola Judicial; Marília Souza Diniz Alves, Diretora de Orçamento e Finanças; Sandra Pimentel Mendes, Secretária de Gestão Estratégica. Convidada a Dra. Wilméia da Costa Benevides, Juíza Diretora do Foro de Belo Horizonte. Além dos integrantes do grupo estratégico acima mencionados, participaram também: André Luiz Morais Mascarenhas, Secretário de Licitações e Contratos, Bruno Pereira Torrozo, Igor Daniel Costa Jones, Liégia Maciel de Oliveira, Maria Eugenia Marques Mendanha, Patrícia Helena dos Reis e Victor Aubin Verzani Souza, servidores da Secretaria de Gestão Estratégica. Os trabalhos foram abertos pela Secretária de Gestão Estratégica, Sandra Pimentel Mendes, que agradeceu a presença de todos e apresentou a pauta: Resultados do 1º quadrimestre de 2018, 1ª RAE_JT (planilha de acompanhamento de metas), Ofício Circular CSJT.GP.CGEST n. 13/2018 – processo participativo na formulação de metas nacionais do Poder Judiciário para 2019, Gestão de Dados (unidades administrativas) e Análise da Estatística. Na sequência, a servidora Patrícia Helena dos Reis, Chefe da Seção de Planejamento e Estatística - SPES, esclareceu que para dar agilidade a reunião as providências tomadas em relação às deliberações da RAE anterior foram encaminhadas por email e que qualquer dúvida a SEGE está à disposição para oferecer os esclarecimentos necessários. Após, Patrícia Reis apresentou os resultados do Plano Estratégico do Regional, destacando que o percentual de objetivos estratégicos que tiveram as metas relacionadas alcançadas foi de 36%, 14% dos objetivos obtiveram metas parcialmente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

alcançadas, 50% de metas relacionadas não alcançadas. Para oferecer dados mais detalhados, Patrícia Reis passou a descrever a situação dos indicadores estratégicos, destacando que 53% tiveram suas metas cumpridas, 8% ficaram com as metas próximas dos valores estipulados para cumprimento, 20% dos indicadores não tiveram suas metas cumpridas e 20% ficaram sem aferição, por impossibilidade de medição. Na busca de fomentar a participação das unidades e promover uma discussão ampliada da análise do desempenho estratégico, na presente RAE foram apresentados os indicadores que se encontram com o farol vermelho e discutidas propostas de melhoria na tentativa de alavancar os resultados. Foram eles: Indicador 11 – Taxa de Congestionamento - 2º grau, Indicador 13 - Tempo médio de duração do processo de execução contra ente privado (dias), Indicador 15 – Índice de conciliação – fase de conhecimento e Indicador 16 - Número de ações voltadas à prevenção da judicialização: Patrícia Reis esclareceu que conforme previamente negociado com a Administração do Biênio 2018/2019 está sendo realizada a revisão dos objetivos estratégicos da área fim, e nela os indicadores serão também ajustados, por este motivo a proposta de melhoria em relação aos indicadores supracitados acontecerá oportunamente; Indicador 30 - Percentual de cargos de Juiz Substituto, Indicador 51 - Índice de execução de restos a pagar não processados do exercício anterior e Indicador 52 - Índice de execução de restos a pagar não processados de dois exercícios anteriores: propostas de melhoria já definidas em deliberações de RAE anteriores e Indicador 54 - Número médio de dias despendidos na fase interna para realização de aquisições por Pregão Eletrônico (PE): André Mascarenhas, Secretário de Licitações e Contratos, esclareceu que a recomendação do CSJT é que o prazo médio para a realização de um procedimento licitatório seja de 120 dias, incluindo as fases interna e externa. Destacou que no TRT3 em que pese a aferição do indicador ficar a cargo da SELC, várias são as unidades em que um processo licitatório tramita, impactando no prazo final. Alertou que a necessidade de revisões técnicas por falta de um estudo preliminar bem delineado vem gerando o aumento do número de dias despendidos. Ressaltou que uma das entregas previstas pelo Projeto Estratégico OPA – Otimização do Processo de Aquisições é justamente a obrigatoriedade do estudo preliminar e a expectativa é que as deficiências encontradas nos Termos de Referência sejam amenizadas. Ana Rita Goncalves Lara, Diretora de Administração,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

observou que os cursos de capacitação oferecidos, em junho de 2018 pela Escola Judicial, para representantes das unidades demandantes é uma entrega do projeto supracitado, que permitirá a colheita de bons frutos. Paulo Sergio Barbosa Carvalho, Diretor-Geral, observou que o Manual que foi construído e está sendo avaliado pela Administração permitirá a melhora dos fluxos de trabalho e asseverou que a integração para alinhamento de entendimento com as diversas unidades é uma ferramenta de gestão que está sendo utilizada de forma ostensiva, bem como a avaliação dos riscos, que já pode ser considerada uma prática adotada em contratações. Por fim, os presentes deliberaram que a SELC realizará levantamento dos prazos de tramitação nas diversas unidades, de janeiro de 2017 a agosto de 2018, como forma de tentar identificar os gargalos no fluxo do processo e que Ana Rita Goncalves Lara da DADM irá envidar esforços para imprimir na a execução do Projeto Estratégico OPA – Otimização do Processo de Aquisições um ritmo acelerado, uma vez que muitos são os benefícios institucionais que poderão ser colhidos com a finalização das entregas prevista no projeto, com destaque, ainda para o impacto nos resultados da Meta Nacional – IEOD, índice de execução do orçamento disponibilizado, o que foi corroborado pela Diretora de Orçamento e Finanças, Marília Alves. Os membros do Grupo Estratégico, acataram a proposta formulada pelo Diretor Geral, de que os indicadores de cada objetivo estratégico correlatos as unidades administrativas sejam revistos e para tanto a SEGE irá intermediar os trabalhos em parceria com as diversas áreas. Dando continuidade, Patrícia Reis apresentou o desempenho das metas nacionais:

METAS-GERAIS-2017	1º-GRAU	2º-GRAU	Resultados
Meta 1: Julgar pelo menos 92% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período	xx	xx	130,91% ^{xx}
Meta 2: Identificar e julgar, até 31/12/2018, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016, no 1º e 2º graus	xx	xx	103,97% ^{xx}
Meta 3: Aumentar o Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais, no ano corrente, com cláusula de barreira de 48%	43,14% ^{xx}	xx	xx
Meta 5: Baixar pelo menos 92% do total de casos novos de execução no ano corrente	102,38% ^{xx}	xx	xx
Meta 6: Identificar e julgar, até 31/12/2018, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015 no 1º grau e até 31/12/2016 no 2º grau	101,13% ^{xx}	129,01% ^{xx}	xx
Meta 7: Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior	xx	xx	112,89% ^{xx}



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

METAS ESPECÍFICAS 2017	
Meta 1 - iGov.Pessoas (40%)	47%
Meta 2 - IEOD: Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado - Aumentar o Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado em 2 pontos percentuais em relação à média de 2011, 2012, 2013, em 2017 (85,13%)	Acumulado até maio (35,47%) - 23,01%
Meta 3 - iGov.TI (40%)	69%
Meta 4 - TMDP2: Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância - Reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2016 (70 dias)	Acumulado até maio 71 dias
Meta 5 - TMDP1c: Tempo Médio de Duração do Processo - 1ª Instância - Fase conhecimento: Reduzir o prazo médio em 2% em relação ao ano base 2016 (147 dias)	Acumulado até maio 210 dias
Meta 12 - iGov (40%)	43%
Meta 13 - IAM: Índice de alcance de metas: atingir e manter a pontuação entre 62 e 78% até 2020	Acumulado até maio 65%

Ato contínuo, passou-se à apresentação da situação dos Projetos Estratégicos. O servidor Bruno Torrozo apresentou o andamento da execução dos projetos estratégicos em junho de 2018, destacando que 21,28% dos projetos estavam em andamento, sem entraves; 10,64%, com problemas pontuais; 8,51% dos projetos apresentavam algum tipo de problema mais grave; 51,06% dos projetos foram encerrados e 8,51 não foram iniciados ou estavam suspensos. Em relação ao portfólio de projetos, os participantes da reunião definiram; 1) suspender a execução do Projeto Estratégico “Efetividade na Execução”, uma vez que deliberações externas inviabilizam sua operacionalização neste momento e 2) propor o cancelamento do Projeto Estratégico “Desenvolvimento do módulo de precatório PJE_JT, uma vez que Gilberto Atman, Diretor de TIC, esclareceu que o desenvolvimento do sistema nacional está a cargo da 11ª Região. Para tanto, Telma Bretz, Diretora Judiciária, irá submeter a matéria à 2ª Vice-Presidente, reunião está que deverá contar com a presença da Secretaria do PJE e do Escritório de Projetos que deverá agendar a reunião. Na sequência Bruno Torrozo passou a informar o andamento dos estudos para a inclusão na carteira de projetos do TRT3 do tema gestão documental. Esclareceu que o escopo do projeto que será proposto está em fase de finalização e a prioridade acordada foi a atualização da tabela de temporalidade dos processos administrativos. Telma Bretz comunicou que os critérios para guarda permanente de autos judiciais findos foram definidos pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, de forma que será bastante reduzido o número de autos destinados ao acervo permanente, o que acarretará impacto nos custos administrativos correlatos. Ana Rita Goncalves Lara informou que em relação ao Projeto Estratégico “Implantação do Novo Fórum de Belo Horizonte” o TRT3 está aguardando a realização de auditoria externa para



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

redirecionamento dos rumos. Na sequência, Patrícia Reis lembrou que em 08.05.2018 foi encaminhado email para as unidades informando sobre a deliberação ocorrida na 1ª RAE_JT, a saber: “A Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGEST informou que os TRTs deverão planejar suas ações a partir de abril e a contar de julho deverão responder trimestralmente ao CSJT sobre as iniciativas tomadas para o cumprimento das metas”. Apresentou, para os presentes, as planilhas de acompanhamento de metas, enviadas pelo CGEST/CSJT em 28.06.2018, que deverão ser preenchidas e inseridas no SIGEST a partir de 20.07.2018, com obrigatoriedade de atualização trimestral. Ficou acordado que a SEGE por meio do Escritório de Projetos deverá relacionar nas planilhas todos os projetos estratégicos e Patrícia Reis deverá encaminhar as planilhas supracitadas para conhecimento de todos que deverão avaliar quais ações deverão ser acrescentadas. Patrícia Reis solicitou que as planilhas preenchidas sejam encaminhadas para planejamento@trt3.jus.br até 19.07.2018. Dando prosseguimento, Patrícia Reis deu ciência do conteúdo do Ofício Circular CSJT.GP.CGEST n. 13/2018 que trata do processo participativo na formulação de metas nacionais do Poder Judiciário para 2019. Explanou que o TRT3 deverá até 25.07.2018 se manifestar em relação à Proposta Inicial de Metas – PIME e várias são as iniciativas empreendidas para subsidiar a tomada de decisão do TRT3 e da Justiça do Trabalho para tal fim, citando como exemplos: 1) a consulta pública no período de 18/06 a 06/07/2018; 2) as reuniões advindas das exigências elencadas na Portaria GP TRT3 n. 235/2018 que serão realizadas nos dias 09 e 11/07/2018; 3) a videoconferência entre do tribunais de grande porte da JT que ocorrerá em 19.07.2018, coordenada pelo TRT1; 4) a 2ª RAE_JT que abordará a matéria em agosto de 2018 com a participação da Secretária de Gestão Estratégica do TRT3. Quando indagados sobre a posição institucional em relação às metas propostas para 2019 para os indicadores IGov, IGovPessoas e IGovTI, como nível intermediário, os membros do Grupo Estratégico se manifestaram a favor. Considerando a matéria pautada, Gestão de dados – unidades administrativas, Patrícia Reis apresentou a proposta da Seção de Planejamento e Estatística de iniciar um trabalho, em parceria com as diversas áreas, de alinhamento dos parâmetros de geração de dados estatísticos das unidades administrativas como forma de conferir consistência e segurança da prestação de informações. Douglas Rangel, Secretário Geral da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

Presidência, afirmou ser esta iniciativa relevante por vislumbrar a possibilidade de que as unidades possam acessar o histórico dos conteúdos gerados, aprimorando, inclusive futuras transições da gestão administração do TRT3. Ato contínuo, o estatístico, Victor Aubin Verzani Souza, apresentou dados coletados no Sistema e-Gestão que sintetizaram as estatísticas apuradas nas 1ª e 2ª instâncias deste Tribunal para o período de janeiro a maio de 2018. No primeiro slide - produtividade na fase de conhecimento, verificou-se uma queda significativa nos casos novos e na taxa de solução de processos solucionados sem exame de mérito, e também se observou um crescimento na taxa de finalização, que é a quantidade de processos finalizados dividido pelos casos novos, e na taxa de solução, resultados esses que aconteceram graças a grande queda no recebimento processual. Nos demais indicadores a queda do percentual não foi tão expressiva. Em relação ao acervo na fase de conhecimento, verificou-se quedas expressivas nos processos pendentes de solução, de baixa e de finalização, assim como nos processos baixados. Um destaque para a queda no acervo que já está recebendo os efeitos da queda de recebimento processual. Outro ponto destacado foi a queda não expressiva na taxa de congestionamento, que não acompanhou a queda do acervo, devido à queda nos processos baixados. No terceiro slide - fase de liquidação, observou-se uma queda na taxa de congestionamento, enquanto se teve um aumento significativo na taxa de finalização e na liquidação finalizada, o que faz muito sentido, pois são variáveis diretamente proporcionais e inversamente proporcionais à taxa de congestionamento. Nessa fase não se verificou algum impacto da queda de casos novos. Nos demais indicadores não se verificou uma variação percentual significativa. Já a fase de execução foi a que apresentou os melhores resultados, obteve-se um crescimento muito expressivo na taxa de finalização e nas execuções baixadas e finalizadas. E uma queda significativa na sua taxa de congestionamento como um aumento considerável nas execuções iniciadas. Outros indicadores não tiveram uma variação percentual significativa. Aqui também não se observou um reflexo da baixa movimentação processual. No quinto slide - prazo médio no 1º grau, notou-se um crescimento expressivo nos prazos do ajuizamento da ação até a prolação da sentença, e até o arquivamento definitivo, como para o prazo do início até a extinção da execução. Em relação aos dois últimos prazos o aumento pode ter associação com os recentes lançamentos feito pelas varas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

a fim de corrigir erros de lançamento. O outro prazo não apresentou uma mudança significativa. Observou-se nos dados do 2º grau um aumento expressivo na quantidade de processos baixados, assim como nos pendentes de solução e de baixa. No restante dos indicadores não há uma mudança expressiva. Porém, ressaltou-se a pequena queda na taxa de congestionamento. No sétimo slide - prazo médio - 2º grau, verificou-se um aumento muito expressivo no prazo da autuação até a baixa, e uma queda significativa no prazo da autuação até o julgamento. Em se tratando do reflexo da reforma trabalhista no primeiro grau, foi feito um estudo comparando a partir de dezembro/17 até maio/18 (período em que foi oficializado a reforma) afim de mensurar a variação percentual nesses meses com os respectivos meses anterior a reforma. Notou-se uma queda muito expressiva em todos esses meses. Fortalecendo as evidências de que essas quedas continuarão a acontecer nos próximos meses, porém faz-se necessário um maior período para confirmar se tal suspeita se confirma. Por fim, mas não menos importante, no reflexo da reforma trabalhista no segundo grau não se observou um impacto em seu recebimento processual. Um destaque para os meses de abril e janeiro que se observou um aumento no recebimento. Em seguida, a Secretária de Gestão Estratégica agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Para constar, eu, Patrícia Helena dos Reis, , Chefe da Seção de Planejamento e Estatística, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos presentes.

Sandra Pimentel Mendes
Secretária de Gestão Estratégica

Paulo Sergio Barbosa Carvalho
Diretor-Geral

Telma Lúcia Bretz Pereira
Diretora Judiciária

Douglas Eros Pereira Rangel



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

Secretário-Geral da Presidência

Denise Maria Reis Grego
Secretária de Apoio Judiciário

Ana Rita Goncalves Lara
Diretora de Administração

Lucineide Pimentel Teixeira
Secretária de Comunicação Social

Gilberto Atman Picardi Faria
Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicações

Alexandra Marques de Freitas
Secretária da Escola Judicial

Marília Souza Diniz Alves
Diretora de Orçamento e Finanças

Ana Laura Gontijo Malard
Assessora da Corregedoria Regional

Letícia Netto Martins de Oliveira
representando o Assessor da Vice-Corregedoria Regional

Dra. Wilméia da Costa Benevides
Diretora do Foro de Belo Horizonte

Andre Luiz Morais Mascarenhas
Secretário de Licitações e Contratos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

Bruno Pereira Torrozo

Servidor da Secretaria de Gestão Estratégica

Igor Daniel Costa Jones

Servidor da Secretaria de Gestão Estratégica

Liégia Maciel de Oliveira

Servidora da Secretaria de Gestão Estratégica

Maria Eugenia Marques Mendanha

Servidora da Secretaria de Gestão Estratégica

Patrícia Helena dos Reis

Servidora da Secretaria de Gestão Estratégica

Victor Aubin Verzani Souza

Servidora da Secretaria de Gestão Estratégica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

DELIBERAÇÕES RAE 05/07/2018

DELIBERAÇÃO	RESPONSÁVEL	SITUAÇÃO ATUAL
1) Levantar prazos de tramitação dos processos licitatórios, nas diversas unidades, de janeiro de 2017 a agosto de 2018	André Mascarenhas - SELC	
2) Imprimir na execução do Projeto Estratégico OPA – Otimização do Processo de Aquisições um ritmo acelerado	Ana Rita Gonçalves Lara, DADM	
3) Rever os indicadores de cada objetivo estratégico correlatos as unidades administrativas	SPES em parceria com unidades	
4) Suspender a execução do Projeto Estratégico “Efetividade na Execução”	EPRO tomar as providências cabíveis	
5) Cancelar o Projeto Estratégico “Desenvolvimento do módulo de precatório PJE_JT	EPRO, DJ e SPJE se reunir com a 2ª Vice-Presidente	
6) Acompanhar metas nacionais	a) EPRO, preencher planilhas com os projetos estratégicos até 19.07.2018 b) SPES, enviar planilhas para unidades em 05.07.218 c) Unidades, preencher planilhas e enviar para SPES até 19.07.2018	
7) Metas propostas para 2019 para os indicadores IGov, IGovPessoas e IGovTI, como nível intermediário	Membros do Grupo Estratégico se manifestaram a favor	
8) Alinhar os parâmetros de geração de dados estatísticos das unidades administrativas como forma de conferir consistência e segurança da prestação de informações	SPES e unidades administrativas	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência